

Novos partidos mudam perfil da Casa

A criação dos novos partidos fixa portanto um quadro inteiramente novo para o Congresso. De um lado estarão dois agrupamentos de nítido caráter liberal-conservador, o PFL e o partido criado em torno de Maluf. Como vem por aí a revisão constitucional, será inevitável vê-los associados à idéia de um novo **centrão**, inclusive porque disputas regionais tornam impossível a fusão das duas legendas. Juntos, o PFL e o PDS-PDC somarão certamente algo acima de 180 deputados e 25 senadores.

No outro extremo permanecerá certo fracionamento, com o PT e seus 35 deputados estabelecendo-se como uma espécie de pólo de referência. Em torno ficam o PPS, o PCdoB e o PSB. Caso se some a eles o PDT, que vota sempre à esquerda apesar da contradição permanente entre os caciques Lula e Brizola, tem-se aí um bloco fracionado, mas que mesmo assim chega perto dos cem votos.

Em meio a esses dois grupos ficam o PSDB, o PMDB e o PP, um mais à esquerda, outro tipicamente de cen-

tro e o terceiro, embora com parlamentares de origem mais à direita, pronto a realizar uma abertura progressista desejada pelos principais de seus líderes. Não haverá alinhamento automático e, mesmo que se concretizem grandes alianças regionais — como a que pode unir em São Paulo as candidaturas de Mário Covas e Luiza Erundina — os **tucanos** não formarão sempre com a esquerda. A verdade é que o PSDB de hoje mostra-se muito menos esquerdista do que o Movimento de Unidade Progressista, a ala do PMDB que lhe deu origem.

Feitas as contas, é nisso que se pensa no primeiro momento: a revisão constitucional vem aí e ainda está fresca na memória de todos a polarização que marcou o final dos trabalhos de elaboração da atual Carta. Tanto a esquerda, que deu o tom dos debates no início da Assembléia Nacional Constituinte, quanto o **centrão**, que praticamente virou o jogo no final, acham que sofreram derrotas intoleráveis quando se chegou ao texto definitivo.